



## INSTRUÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

<b>TC - 009.888/2011-0</b>	<b>ESPÉCIE RECURSAL:</b> Recurso de reconsideração.
<b>NATUREZA DO PROCESSO:</b> Tomada de Contas Especial.	<b>PEÇA RECURSAL:</b> R006 - (Peça 436).
<b>UNIDADE JURISDICIONADA:</b> Associação Sergipana de Blocos de Trio.	<b>DELIBERAÇÃO RECORRIDA:</b> Acórdão 1254/2014-Segunda Câmara - (Peça 285).

NOME DO RECORRENTE	PROCURAÇÃO	ITEM(NS) RECORRIDO(S)
I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda.	Peça 77.	9.2.2, 9.3 e 9.8
José Augusto Celestino Oliveira	Peça 70.	9.4 e 9.8
Maria Virgínia Bispo da Silva	Peça 68.	9.4 e 9.8
Planeta Empreendimentos e Serviços Ltda.	Peça 107.	9.2.2, 9.3 e 9.8
RDM Art Silk Signs Comunicação Visual Ltda.	Peça 76.	9.2.2, 9.3 e 9.8
Sergipe Show Propaganda e Produções Artísticas Ltda.	Peça 66.	9.2.2, 9.3 e 9.8
Valéria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - V&M Produções e Eventos.	Peça 69.	9.2.2, 9.3 e 9.8
WD Produções e Eventos.	Peça 71.	9.2.2, 9.3 e 9.8

### 2. EXAME PRELIMINAR

#### 2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA

Os recorrentes estão interpondo recurso de reconsideração contra o Acórdão 1254/2014-Segunda Câmara pela primeira vez?	<b>Sim</b>
--	------------

#### 2.2. TEMPESTIVIDADE

O recurso de reconsideração foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU?

NOME DO RECORRENTE	NOTIFICAÇÃO	INTERPOSIÇÃO	RESPOSTA
I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda.	05/12/2014 - SE (Peça 421)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
José Augusto Celestino Oliveira	05/12/2014 - SE (Peça 417)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
Maria Virgínia Bispo da Silva	05/12/2014 - SE (Peça 420)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
Planeta Empreendimentos e Serviços Ltda.	05/12/2014 - SE (Peça 418)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
RDM Art Silk Signs Comunicação Visual Ltda.	05/12/2014 - SE (Peça 415)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
Sergipe Show Propaganda e Produções Artísticas Ltda.	05/12/2014 - SE (Peça 414)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
Valéria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - V&M Produções e Eventos.	05/12/2014 - SE (Peça 416)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>
WD Produções e Eventos.	05/12/2014 - SE (Peça 419)	23/12/2014 - SE	<b>Sim</b>



\*Impende esclarecer que “a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal”, nos termos do art. 19, §3º, da Resolução/TCU 170/2004. Assim, o termo *a quo* para análise da tempestividade foi o dia **9/12/2014**, haja vista que os dias 6 e 7/12 foram sábado e domingo, e o dia 8/12, por seu turno, foi feriado.

### 2.3. LEGITIMIDADE

Trata-se de recurso interposto por responsável/interessado habilitado nos autos, nos termos do art. 144 do Ri-TCU?	<b>Sim</b>
--	------------

### 2.4. INTERESSE

Houve sucumbência das partes?	<b>Sim</b>
-------------------------------	------------

### 2.5. ADEQUAÇÃO

O recurso indicado pelos recorrentes é adequado para impugnar o Acórdão 1254/2014-Segunda Câmara?	<b>Sim</b>
---	------------

### 2.6. OBSERVAÇÕES

O acórdão recorrido imputou condenação solidária aos responsáveis.

Fazendo-se um paralelo com o processo civil, mesmo na hipótese em que mais de uma pessoa responda pelo mesmo fato (o que configura um litisconsórcio passivo), a regra do artigo 48 do Código de Processo Civil - CPC é a individualização dos litisconsortes, que devem ser considerados “como litigantes distintos”, de forma que “os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros”. Assim, conclui-se que os efeitos do recurso beneficiam somente o próprio recorrente.

Veja-se, exemplificativamente, a situação tratada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no REsp 827.935, relacionada a uma ação de improbidade administrativa que envolvia membros de comissão de licitação e a empresa contratada (situação similar à que se verifica em processos de controle externo).

A empresa pretendeu a extensão do efeito de recurso interposto por integrantes da comissão de licitação. O pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF, que entendeu que a decisão poderia comportar solução diferenciada entre os litisconsortes, afirmando-se a responsabilidade de uns e elidindo-a quanto a outros. O entendimento do TJDF foi mantido pelo STJ, sendo relevante observar os seguintes trechos da ementa e da fundamentação adotadas pelos dois tribunais, que fizeram prevalecer a regra da autonomia dos litisconsortes, prevista no artigo 48 do CPC:

a) TJDF, item 2 da ementa: “O pedido formulado na exordial não exige decisão uniforme, uma vez que a pretensão poderá ser cingida em relação a cada um dos litisconsortes, podendo a tutela condenatória ser acolhida em relação a uns e rejeitada quanto a outros, sendo plenamente dissociáveis, portanto. Não há necessidade de unidade de decisão no presente caso”.

b) STJ, fundamentação do Resp 827.935: O acórdão recorrido trata de ação em que os corréus agiram de diversos modos, ou melhor, praticaram atos distintos - alguns participantes da comissão de licitação, outro contratado para a realização dos serviços -, concorrendo, portanto, de forma diferente para a prática do(s) ato(s) impugnado. (...) A eventual procedência do pedido não importará necessariamente em decisão uniforme para os litisconsortes. Na hipótese de se vislumbrar caracterizada a improbidade administrativa, é admissível que se afaste a



responsabilidade da empresa contratada ou de alguns dos participantes da comissão de licitação, caso se entenda que não tiveram participação decisiva para a solução do certame, por exemplo. Seria diferente, portanto, o tratamento dado a cada um dos litisconsortes pela decisão.

c) STJ, item 4 da ementa: “4. No caso concreto, por não ser hipótese de litisconsórcio unitário, o recurso interposto por um dos litigantes não aproveita aos demais, o que retira da recorrente qualquer possibilidade de extensão, em seu favor, dos efeitos do provimento dos agravos de instrumento interpostos pelos litisconsortes”.

A regra, portanto, é que o efeito do recurso somente atingirá o recorrente. Essa regra geral, no entanto, comporta uma exceção: os condenados em regime de solidariedade.

Nesse caso, por racionalidade administrativa e pelo princípio da razoabilidade, observa-se oportuno estender o efeito suspensivo do recurso aos codevedores que não recorreram, considerando a natureza unitária do título executivo extrajudicial decorrente de dívida solidária.

Impende esclarecer que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 71, § 3º, consignou que “as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo”. Por referir-se a um título exarado por ente diverso do Poder Judiciário, a sua natureza é extrajudicial.

O título executivo extrajudicial, no entanto, não comporta a execução provisória em relação aos codevedores que não recorreram, pois essa modalidade é exclusiva dos títulos executivos judiciais, conforme disciplina o artigo 587 do Código de Processo Civil.

De todo o exposto, conclui-se que, no caso tratado nestes autos, a decisão deve ser suspensa para todos os codevedores, no aguardo do pronunciamento definitivo sobre a liquidez e certeza de todo o débito solidário. Esse entendimento merece ser estendido inclusive a outras sanções eventualmente aplicadas, como a multa e o registro no cadastro de responsáveis por contas irregulares, que acompanham o débito solidário.

---

### 3. CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

---

Em virtude do exposto, propõe-se:

**3.1 conhecer do recurso de reconsideração** interposto por I9 Publicidade e Eventos Artísticos Ltda., Planeta Empreendimentos e Serviços Ltda., RDM Art Silk Signs Comunicação Visual Ltda., Sergipe Show Propaganda e Produções Artísticas Ltda., Valéria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - V&M Produções e Eventos. e WD Produções e Eventos, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.2.2, 9.3 e 9.8 do Acórdão 1254/2014-Segunda Câmara em relação aos recorrentes;

**3.2 conhecer do recurso de reconsideração** interposto por José Augusto Celestino Oliveira e Maria Virgínia Bispo da Silva, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.4 e 9.8 do Acórdão 1254/2014-Segunda Câmara em relação aos recorrentes;

**3.3 com relação ao efeito suspensivo** mencionado no item **3.1** acima, estendê-lo a todos os responsáveis condenados em solidariedade com aqueles recorrentes;

**3.4 encaminhar os autos ao gabinete do relator competente para apreciação do recurso;** e

**3.5 à unidade técnica de origem, comunicar aos órgãos/entidades** eventualmente cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

SAR/SERUR, em	Luis Valladão	Assinado Eletronicamente
---------------	---------------	--------------------------



09/02/2015.	<b>AUFC - Mat. 9489-7</b>	
-------------	---------------------------	--